

## 2

### **Gravidez na adolescência: contextualização sócio-histórica do tema**

#### 2.1

##### **Adolescência: que conceito queremos?**

Este trabalho se propõe a refletir sobre o acontecimento da gravidez no período da adolescência, o que torna importante iniciá-lo desenvolvendo uma breve reflexão sobre as diferentes concepções que envolvem esta categoria social. Isso é necessário, pois entendemos que as características descritas para tal período do desenvolvimento contribuem, em alguma medida, para a construção de uma verdade sobre a experiência da gravidez nesta fase. Posteriormente, iremos trazer algumas contribuições do pensamento de Walter Benjamin buscando, assim, redimensionar a temporalidade dentro dos estudos da psicologia do desenvolvimento, apostando na possibilidade de se alcançar um outro olhar para a gravidez na adolescência. Este “outro olhar” difere da “precocidade”, cujo pressuposto se baseia na existência de um momento “ideal”, para de modo inverso considerar este acontecimento como revelador de múltiplos modos de ser e agir no mundo. Com isso, queremos marcar o lugar a partir do qual construímos este trabalho, não restringindo nossa visão sobre o tema antes mesmo que os sujeitos envolvidos se pronunciem, mas priorizando o diálogo e a escuta destas experiências singulares, para, assim, desenvolver um conhecimento mais condizente com o modo como a gravidez na adolescência acontece na vida.

A percepção de que existe uma etapa do desenvolvimento humano demarcada por aspectos biofisiológicos, psicológicos e sociais, a qual se convencionou chamar de adolescência, decorre de uma construção histórica e social que se consolida no século XX. Ariés (1978) observou que na Idade Média não havia uma concepção clara de infância, e tampouco de uma fase correspondente à adolescência. A idéia de infância relacionava-se exclusivamente com a noção de dependência da criança à mãe e, quando elas adquiriam condições para viverem sem os constantes cuidados maternos, ingressavam no mundo

adulto. Assim, o que hoje denominamos por adolescência era considerado, naquele contexto, vida adulta.

Buscando demarcar o período que se convencionou chamar de *adolescência*, a OMS definiu, em 1974, na Reunião sobre Gravidez e Aborto na Adolescência, um conceito hoje amplamente reconhecido na área da saúde. Segundo essa definição, a adolescência é caracterizada por ser uma fase do desenvolvimento humano em que:

- a) O indivíduo passa do ponto do aparecimento inicial dos caracteres sexuais secundários para a maturidade sexual;
- b) Os processos psicológicos, o indivíduo e as formas de identificação evoluem da fase infantil para a fase adulta;
- c) Ocorre uma transição do estado de dependência econômica total a outro de relativa independência (Pirrota, 2002).

De modo geral, o conceito proposto pela OMS centra sua atenção na idéia de maturação, onde as mudanças ocorrem dentro de uma sequência prevista e hierarquizada. De acordo com Castro & Jobim e Souza (1999) dois enfoques estão na base da problematização sobre o desenvolvimento humano: o “biológico-evolucionista” e o “pedagógico-normativo”, ambos referidos às mudanças ocorridas durante a infância e adolescência. O enfoque biológico-evolucionista que tem sua origem nas ciências da natureza e na medicina atribui à maturação uma importância indiscutível, posto que o desenvolvimento acontece, com base nesta abordagem, dentro de uma sequência de modificações cronologicamente previsíveis. De maneira complementar, o enfoque pedagógico-normativo prioriza o processo de socialização, realçando a sequência de eventos que normatizam a passagem da infância à vida adulta como trajetória de capacitação dos sujeitos à vida social e “produtiva”. Jobim e Souza (1997) sintetiza essa discussão dizendo que:

(...) a característica marcante das teorias do desenvolvimento, do século XIX em diante, é se constituírem como saberes que engendram conceitos universalizantes e abordagens teleológicas que demarcam a natureza e o lugar social dos sujeitos, segundo estágios ou etapas unidirecionais de desenvolvimentos, ou segundo sua

idade cronológica. Assim sendo, a concepção de tempo linear, cumulativo, homogêneo e vazio, apontando sempre para seu desdobramento inexorável no futuro, parece se constituir no alicerce ideológico mais importante para as concepções de desenvolvimento baseadas nos princípios ditos ontogenéticos (p.44).

Outro ponto que merece destaque nestas abordagens é a idéia de que o tempo presente irá dar lugar a um momento ulterior que aponta sempre para uma ascensão, onde infância e adolescência são consideradas como momentos da trajetória de vida que desembocam em outro estágio, este visto como “mais desenvolvido”, a fase adulta.

Assumir o compromisso de problematizar essa concepção de desenvolvimento, admitindo que a produção de qualquer conhecimento não deva estar desvinculada de sua dimensão histórica e mutável, significa abrir mão de tendências que naturalizem os aspectos do desenvolvimento humano. Isto significa olhar as mudanças para além dos enquadres que aprisionam os sujeitos dentro de um conjunto de expectativas definidas a priori, o que dificulta reavaliar o desenvolvimento humano no âmbito do complexo entrecruzamento da natureza com a cultura.

O conceito de experiência em Walter Benjamin nos ajuda a tecer uma reflexão crítica e a construir um olhar sobre a gravidez na adolescência que inclua a percepção dos jovens sobre aquilo que os afeta. Esse conceito aparece em dois momentos na obra de Benjamin. Num primeiro, ele apresenta o confronto com a voz da autoridade, travando um diálogo com os adultos da sua época. O autor denuncia o esforço destes em destituir a experiência dos mais jovens, retirando-lhes a possibilidade de construir um sentido mais profundo para o que estão vivenciando.

Mas vamos tentar agora levantar essa máscara. O que esse adulto experimentou? O que ele nos quer provar? Antes de tudo, um fato: também ele não acreditou em seus pais, mas a vida também lhe ensinou que eles tinham razão. E então ele sorri com ares de superioridade, pois o mesmo acontecerá conosco – de antemão ele desvaloriza os anos que estamos vivendo, converte-os na época das doces asneiras que se cometem na juventude, ou no êxtase infantil que precede a longa

sobriedade da vida séria. (...) Assim é a vida, dizem os adultos, eles já experimentaram isso. (Benjamin 2002, p.21)

Neste sentido, o adulto – e podemos pensar o pesquisador, o especialista – quer transmitir uma experiência pronta. No entanto, Benjamin está apontando para uma experiência sensível, onde os valores são construídos em torno de uma ética de vida, questionando a pretensão dos que tentam desvalorizar de antemão a experiência dos mais jovens.

Posteriormente, o autor alargou este conceito, compreendendo-o enquanto possibilidade de transmissão de conhecimento dos mais velhos para os mais jovens, valorizando assim o diálogo entre as gerações. Esta nova concepção consiste numa ampliação e re-significação da sua reflexão frente ao permanente diálogo entre as diferentes gerações.

Em nossos livros de leitura havia a parábola de um velho que no momento da morte revela a seus filhos a existência de um tesouro enterrado em seus vinhedos. Os filhos cavam, mas não descobrem qualquer vestígio do tesouro. Com a chegada do outono, as vinhas produzem mais que qualquer outra na região. Só então compreendem que o pai lhes havia transmitido uma certa experiência: a felicidade não está no ouro, mas no trabalho. (Benjamin, 1994, p.114)

Neste segundo momento o autor traz a noção de que a experiência pressupõe a relação entre o sujeito e o (s) outro(s), chamando a atenção para o valor das narrativas, da importância do ato de contar histórias para as gerações seguintes a fim de que não se percam no tempo. Sobre a narrativa, nos diz Benjamin:

Não tem pretensão de transmitir um acontecimento puro e simplesmente (como a informação o faz); integra-o à vida do narrador, para passá-lo aos ouvintes como experiência. Nela ficam impressas as marcas do narrador como os vestígios das mãos do oleiro no vaso da argila. (1999, p. 107)

Refletindo sobre a importância da narrativa, Castro & Jobim e Souza (1994) argumentam:

A experiência que passa de pessoa para pessoa estabelece, através da narrativa, uma ligação profunda entre os sujeitos históricos, fazendo com que cada história

singular se presentifique como parte de uma história maior, ou seja, a história de uma época ou de uma coletividade (Castro & Jobim e Souza, 1994: p. 108)

Assim, inspirada em Benjamin, privilegamos neste trabalho uma escuta aberta da experiência da maternidade durante o período que se convencionou chamar de adolescência, valorizando a narrativa das futuras mães e os sentidos que foram sendo construídos por elas sobre suas vivências, vistas como singulares, ao mesmo tempo em que também dialogam com a história de uma época ou de uma coletividade.

Para Walter Benjamin, a experiência implica na relação entre o eu e o outro (s), ressaltando assim o valor das narrativas, o que nos faz pensar também na relação entre pesquisador e sujeito pesquisado. Nesta vertente de análise podemos refletir sobre esta questão com base na seguinte citação:

(...) a elaboração de conceitos, inspirados em metáforas que surgem dos usos da linguagem na vida, depende de um encontro livre de preconceitos entre as gerações, ou melhor, de um diálogo profícuo entre olhares distintos sobre os acontecimentos do mundo contemporâneo, a partir de experiências que merecem ser escutadas, consideradas e respeitadas nas suas diferenças. (Jobim e Souza, 2010, p.89).

Benjamin ainda nos auxilia a redimensionar a temporalidade dentro dos estudos sobre o desenvolvimento humano, ao ampliar o conceito de história, ainda que não tenha se debruçado frontalmente com tais questões. Para o autor, a história não se faz a partir de uma linearidade de tempos contínuos, mas a partir de um constante entrecruzamento de temporalidades – passado, presente e futuro – rompendo com a noção de tempos estanques, demarcados numa linha cronológica de tempo e progresso. Segundo Kramer (2009), “é no resgate do passado, na memória, na escuta de vozes que foram emudecidas que reside a possibilidade de realizar o encontro secreto marcado entre as gerações precedentes e a nossa” (p.290)

Portanto, nosso desafio é construir um conhecimento sobre a temática da gravidez na adolescência privilegiando a narrativa das adolescentes sobre a experiência da maternidade, compreendendo que ao narrarem elas também estão construindo um sentido para si desta experiência. Com isso, queremos enfatizar

que o nosso olhar para os adolescentes não está condicionado a uma categoria fixa da qual se esperam determinados comportamentos, mas, ao contrário, procuramos resignificar o lugar destas jovens valorizando o que elas podem trazer para além do conhecimento racional e especializado sobre o tema.

## 2.2

### Problematizando a gravidez na adolescência

Uma das temáticas mais recorrentes nas discussões em torno da sexualidade entre os jovens é a gravidez na adolescência. Esta é definida pela OMS como envolvendo a população até 19 anos. Entretanto, tal definição merece reparos, recebendo críticas tanto pela amplitude que circunscreve a adolescência, quanto pela ênfase nas características do que seria o curso da vida em tal etapa (Abramovay *et al* 2004). Opondo-se ao conceito de adolescência, estudos mais recentes sobre o tema - em especial aqueles de abordagens sócio-antropológicas - têm privilegiado a adoção do conceito de *juventude*. Este conceito vem sendo adotado com o intuito de superar a definição em termos de limites etários, visando ressaltar os processos sociais de passagem ou entrada na vida adulta (Heilborn, 2006). De acordo com Heilborn, os marcos etários que delimitam as fronteiras entre as fases do ciclo de vida ou categorias de idade são móveis e variam ao sabor de novas concepções sociais acerca do humano e das relações intergeracionais (2006, p.36).

Entendemos que a categoria etária embora não possa ser totalmente abandonada, apresenta problemas quando tomada de forma rígida, não contribuindo para a construção de um olhar sobre a diversidade de experiências de crianças, adolescentes e jovens no contexto das sociedades complexas do século XXI (Jobim e Souza, 2010). Tal discussão é fundamental na construção deste trabalho, pois em alguma medida irá guiar nossas análises e nossa postura diante da singularidade de experiências encobertas pelo rótulo “gravidez na adolescência”.

Um argumento ressaltado sobre a problemática do comportamento reprodutivo dos jovens é o crescimento das taxas de fecundidade, particularmente no segmento com menos de vinte anos, uma vez que para o campo da demografia a queda destas taxas representa um indicador de desenvolvimento e modernidade. O quadro da rápida transição demográfica, caracterizada por uma acentuada queda da taxa de fecundidade - apesar das diferenças regionais e de classe social - ocorrida nas últimas décadas, possibilitou uma maior visibilidade da gravidez na adolescência em nosso país. Isso porque embora a diminuição tenha ocorrido em todos os grupos de idades, ela foi menos acentuada entre as mulheres nos grupos mais jovens, contrariando as expectativas deste cenário (Abramovay *et al* 2004; Camarano *et al* 2009). Tais indicadores têm influenciado fortemente o entendimento da gravidez na adolescência como um problema social, uma vez que relacionam índices de fecundidade a níveis de desenvolvimento do país.

A década de 90 foi marcada por uma intensificação do rejuvenescimento da fecundidade<sup>8</sup> no país. Em 1980, o maior número médio de filhos concentrava-se nas mulheres com idade entre 25 a 29 anos. No entanto, em 1991 ocorreu um deslocamento para o grupo mais jovem, de 20 a 24 anos, mantendo-se em 2000. Enquanto a fecundidade declinou em todos os grupos etários nos últimos dez anos, as jovens de 15 a 19 anos representaram uma exceção com um crescimento de 25% entre 1991 e 2000. Observa-se uma inversão nos índices de fecundidade. Enquanto houve um declínio nas idades mais avançadas do ciclo reprodutivo, os grupos mais jovens apresentaram um crescimento, passando de 9% em 1980 para 14% em 1991, e em 2000 a fecundidade das jovens correspondia a 20% do número total de filhos tidos pelas mulheres ao longo do período reprodutivo, ou seja, de 15 a 49 anos (Berquó & Cavenaghi, 2004; BENFAM, 1999). Entretanto, este aumento não foi uniforme em todas as camadas sócio-econômicas, sendo mais expressivo entre as jovens menos escolarizadas e de grupos economicamente menos favorecidos.

---

<sup>8</sup> Chama-se “rejuvenescimento da fecundidade” o aumento das taxas de fecundidade dos grupos mais jovens, assim como a concentração da fecundidade em intervalo mais curto do período reprodutivo. (Abramovay *et al*, 2004)

Dados mais recentes do Ministério da Saúde apontam uma redução no número de gravidez na adolescência nos últimos cinco anos, tendo como base informações da rede pública de saúde. Os documentos apontam que o número de partos em adolescentes com idades entre 10 e 19 anos caiu 22,4% no período entre 2005 e 2009, tendo passado 572.541 partos para 444.056 em 2009<sup>9</sup>. Apesar da redução observada, o tema continua tendo grande repercussão nos debates acadêmicos e na mídia nos últimos anos. Uma das razões desta inquietação é que, nas estatísticas, tal fato aparece freqüentemente relacionado à pobreza e ao baixo nível de escolaridade, desfilando praticamente como fatores explicativos da gravidez na adolescência (Camarano; Mello e Kanso; 2009).

Contudo, a gravidez na adolescência não é um fato recente. Historicamente, as mulheres vêm tendo filhos nesta fase, que por muito tempo foi considerada a ideal para maternidade. Neste sentido, Castro (2008) chamam a atenção para a necessidade de contextualização dos debates sobre o tema, pontuando que essa preocupação é bastante recente na sociedade moderna. As mesmas autoras lembram ainda, que, no Brasil, nas décadas de 50, 60 e 70, era comum garotas jovens logo casarem e engravidarem.

Nas civilizações antigas, tão logo aparecessem os primeiros sinais de puberdade, a jovem era considerada apta para o casamento. A capacidade reprodutiva, àquela época, estava associada ao frescor da juventude e quanto maior a prole, maior o 'mérito da matrona'. Nada questionava-se quanto à capacidade psicobiológica daquelas imaturas jovens em parir, cuidar e educar seus filhos. (SOUZA, 2002, p.1)

Assim, a gravidez não pode ser vista como uma realidade biológica imutável, mas antes como resultado de um processo social e cultural. Transformações sociais fizeram surgir novas imagens de mulher, de juventude e de infância que contribuem para adiar a idade socialmente aceita para uma primeira gravidez.

Como pudemos observar, a gravidez considerada precoce sobressai no contexto de redução da fecundidade e ganha visibilidade também em razão de grande parte delas ocorrerem fora de uma união formal, como era comum nas décadas anteriores. Essa certa "ilegitimidade", mesmo não sendo a única faceta da

---

<sup>9</sup> Dados do portal do Ministério da Saúde acessado em 12/04/2011.



questão, tem propiciado um discurso normativo e moralizante da gravidez na adolescência, contribuindo para transformá-la em um problema social (Longo e Rios-Neto, 1998).

Os estudos em torno da temática, em especial aqueles que se aproximam do modelo biomédico, reforçam a visão da maternidade na adolescência como um problema, sendo a gravidez, genericamente, classificada como um evento de risco para a saúde da mãe e de seu filho (Brandão; Heilborn, 2006). Por sua vez, o discurso psicológico vem reforçar a noção de “imaturidade psicológica”, o que promove a atualização da imagem da gravidez como sendo indesejada e que, portanto, deve ser evitada.

A maternidade precoce implica em incapacidade fisiológica para gestar e incapacidade psicológica para criar (Camarano, 1998, p.44).

Não se trata de invalidar as implicações médicas de uma gestação no período da adolescência, o que destacamos é o cuidado na forma como a ordem social se apropria de tais discursos, fazendo existir uma visão hegemônica sobre dada situação. Na medida em que se apresenta como um conhecimento científico, o discurso médico propõe-se verdadeiro, exercendo grande influência nas discussões geradas em torno da problemática sobre a gravidez na adolescência. Segundo Foucault (1979), o que confere valor de verdade a este discurso é seu caráter científico acrescentando que cada sociedade tem o seu regime de verdade, isto é,

os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir enunciados verdadeiros de falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (p. 12)

Partindo desta reflexão, problematizamos o modo como estes discursos podem favorecer a construção de um olhar que passa a ser o único sobre o tema, não possibilitando a existência de outras realidades. Isso pode contribuir para que alguns sentidos sobre a gravidez na adolescência sejam silenciados. Em nosso estudo, queremos dialogar com aquilo que fica silenciado nas análises estatísticas sobre o tema, apostando na diversidade de sentidos que ficam encobertos pelas

apreciações mais generalistas. Estes argumentos apontam para a necessidade de construir um conhecimento sobre a gravidez na adolescência que inclua as narrativas das jovens sobre suas experiências.

O discurso científico mais engessado considera a maternidade neste período da vida como um acontecimento necessariamente problemático, tendo conseqüências biológicas, psicológicas e sociais negativas (Brandão, 2006). Contudo, estudos recentes têm criticado os limites do enfoque de risco presentes em grande parte da literatura sobre sexualidade e reprodução na adolescência (Brandão 2004; Costa, 2002). Deste modo, procuram evidenciar a complexidade do episódio da gravidez nesta fase, ressaltando os desafios que se colocam para uma investigação da temática mais condizente com a realidade dos jovens contemporâneos. Isto significa assumir que a gravidez na adolescência é vivida de múltiplas formas e que os contextos sociais interferem no universo de possibilidades e de significações entre jovens.

Sobre esta discussão, Stern e Garcia (1999), ressaltam que uma parte significativa das investigações sobre o tema, na área de saúde pública, parte do pressuposto equivocado de que a adolescência é uma etapa universal do desenvolvimento humano, atribuindo aos adolescentes características que se supõem generalizáveis para todos deste grupo específico. Para os autores, estes estudos desconsideram as diferenças sociais que marcam as etapas da vida e as diversas implicações que o evento tem sobre as trajetórias das jovens bem como sobre suas redes sociais. Deste modo, os autores criticam o uso do fator etário como elemento privilegiado de análise, pois este viés deixa obscurecido as possibilidades concretas de “escolha” para as jovens de diferentes classes sociais.

Acreditamos numa posição de que não existe um padrão definidor – tanto em termos biológicos como psíquicos – do que seja esta etapa da vida. Mesmo reconhecendo algumas constantes no nível biológico do desenvolvimento, isto não garante que ela venha acompanhada por manifestações psíquicas e sociais dentro de uma relação natural de causa e efeito. Os diálogos críticos sobre a gravidez na adolescência não devem perder de vista que este mesmo período foi considerado -

e, ainda é em algumas culturas - apropriado para a maternidade, principalmente nas idades mais avançadas do grupo etário (Castro; 2008; Costa; 2002).

A preocupação, e até certa desaprovação, em relação à gravidez na adolescência ganha força devido às novas expectativas sociais diante desta etapa da vida, no sentido de reservá-la prioritariamente aos estudos, com o objetivo de capacitar as jovens para o ingresso em melhores condições no mercado de trabalho. Pode-se ponderar que a redefinição das perspectivas em torno da juventude, no que tange ao processo de escolarização, à entrada no mercado de trabalho e à idade adequada de ter filhos, desempenha um papel central na configuração de “precocidade” do evento reprodutivo em relação à trajetória social dos jovens. Ou seja, a concepção da gravidez na adolescência como desvantagem social é devedora da construção da adolescência enquanto uma etapa de preparação para a vida adulta (Cabral, 2003).

Neste sentido, a literatura aponta a interrupção prematura da escolaridade e a diminuição da capacidade de competir no mercado de trabalho como fatores que contribuem para compor um quadro de desvantagem das jovens mães em relação às jovens que não passaram por uma experiência de maternidade neste período.

Na verdade uma determinada posição de *classe social* e a ausência de *escolaridade* recorrentemente perfilam dentre os fatores explicativos da gravidez na adolescência. (Cabral, 2003, p.284).

Para Cabral, observa-se uma circularidade dos argumentos, e as questões de escolaridade e pobreza ora são colocadas como conseqüências, ora também como causas do fenômeno. Além disso, a possibilidade de exercício da sexualidade desvinculada da reprodução fundamenta uma nova sensibilidade quanto à idade “ideal” para se ter filhos. Nesse contexto a gravidez é vista como um desperdício de oportunidades e uma subordinação “precoce” a um lugar que durante muitos anos as mulheres tentaram se desvencilhar. Sobre tal argumento Heilborn (2002) comenta:

É como se as mães adolescentes, além de desmerecerem as supostas novas chances oferecidas aos jovens em geral, se encontrassem em uma dupla contramão: na das mudanças demográficas e na da emancipação feminina, aumentando, assim, a visibilidade e também a indignação dirigida à gravidez na adolescência (p. 18)

O que tal discurso subestima é o fato de que o leque de oportunidades sociais não é oferecido de forma igualitária para as diferentes classes sociais, além de supor como universal o valor ou o projeto de um novo papel feminino. Lembremos que os estudos demográficos relacionam pobreza e gravidez precoce, remetendo-se às oportunidades de estudo e trabalho que são perdidas pela jovem mãe. Mas dependendo da classe social, existem, de fato, tais oportunidades? Se entendemos que tais oportunidades são diferenciadas de acordo com a classe social, o discurso que relaciona a exclusão da adolescente da escola e do mundo do trabalho não estaria utilizando a gravidez na adolescência para encobrir uma situação social que antecede o episódio da própria gravidez?

Sobre as implicações da gravidez nas trajetórias escolares e profissionais das jovens, a pesquisa “Gravidez na Adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil” (Pesquisa GRAVAD), desenvolvida em três capitais brasileiras - Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador – constatou que 42,1% das meninas que engravidaram antes dos 20 anos já se encontravam fora da escola por outros motivos que antecederiam o episódio da gravidez, sendo nítida a diferenciação deste impacto quando a análise é feita considerando as diferenças de classe social (Heilborn *et al.* 2003).

O impacto da maternidade sobre as carreiras femininas não é equivalente quando se compara pelo prisma de classe social. O abalo que a experiência impõe sobre as trajetórias sofre retratações importantes. A maternidade nas classes médias convulsiona projetos e trajetórias escolares que, até então, se processavam de modo linear e sem interrupções significativas. O mesmo não ocorre nas classes populares: as carreiras escolares nestas apresentam caráter errático, tendo em vista que as sucessivas entradas e saídas da escola antecedem amplamente a maternidade. (Heilborn *et al.*, 2002, p.39)

Para além dos demarcadores de classe social e escolaridade, já apresentados, não podemos pensar na maternidade pela ótica da busca de novas identidades, ou seja, como uma tentativa por parte das adolescentes de encontrarem – mesmo com grande ônus – um lugar social? A maternidade não poderia estar se constituindo em um elemento de invenção de uma outra história de vida? Invenção esta, que, no entanto, não diz respeito somente a um projeto individual, mas também a um projeto coletivo, visto que é construído a partir dos

significados sociais relativos à maternidade e das oportunidades materiais disponíveis na sociedade. No entanto, é a diminuição das perspectivas das jovens que é apontada como consequência da gravidez genericamente afirmada como indesejada. O que queremos destacar é o cuidado com análises generalistas e simplistas que não contribuem para uma compreensão do tema e seus diversos significados, inclusive de poder simbólico, como bem refletem Catharino e Giffin (2002):

Não se trata aqui, de fazer a condenação ou o elogio da gravidez na adolescência. Trata-se, sim, de trazer à cena uma realidade que, sem negligenciar os perfis epidemiológicos, nos remetem a histórias: trajetórias que contém sonhos, esperanças, dores, desilusões e que permitem às meninas se apropriarem das adversidades, para transformar – mesmo que ilusoriamente – o seu cotidiano em algo que valha a pena ser vivido. Ser mãe para estas meninas talvez seja uma das poucas formas que lhes restam, no sentido de se colocarem no mundo como sujeitos sociais (p.7).

Grande parte da produção sobre o tema da gravidez na adolescência tem priorizado as ocorrências em garotas de 15 a 19 anos, ao passo que a literatura sobre a faixa de 10 a 14 anos é escassa. Uma das explicações é que somente a partir do censo demográfico de 1991 o segmento populacional de 10 a 14 anos foi incluído na definição de mulheres com idade reprodutiva - até então incluía-se apenas aquelas com idades entre 15 e 49 anos (IBGE, 2005; Costa, 2002). Além disso, este segmento é estatisticamente menos expressivo, cerca de 3% do total de partos no Brasil se efetua entre mulheres definidas como adolescentes. Embora a magnitude seja pequena em relação ao outro segmento, a ocorrência de uma gravidez nessa faixa etária não deixa de ser importante pelo maior risco de complicações obstétricas e pela possibilidade de estar associada à violência sexual (Heilborn *et al*, 2003).

O trabalho realizado por Costa (2002) buscou diminuir a lacuna presente na reflexão sobre a gravidez nas faixas etárias mais jovens, realizando um mapeamento dos casos de gravidez na faixa etária de 10 a 14 anos, em Juiz de Fora. Além do levantamento quantitativo, o foco principal da pesquisa foi a análise qualitativa resultante de entrevistas realizadas com adolescentes de camadas populares que foram mães neste período. A autora observou em seu

trabalho que a maternidade não se configura necessariamente como um “desastre” para a vida das meninas entrevistadas, principalmente para aquelas que formaram novo núcleo familiar. Ressalta, ainda, que esta experiência confere um *status* social para as jovens, elevando-as à posição de adultas e mulheres.

A concepção de que a gravidez na adolescência é resultante da falta de informação sobre métodos contraceptivos ainda é bastante corrente, exercendo forte influência na percepção do senso comum sobre o tema. Partindo desta visão, para solucionar o “problema” bastaria haver uma boa difusão de informação sobre o uso correto dos métodos contraceptivos, bem como a garantia de acesso aos mesmos. Em estudo realizado (BENFAM, 1999), a respeito do comportamento sexual e reprodutivo de jovens brasileiros, a totalidade dos inquiridos conhecia algum tipo de método contraceptivo e a maioria já havia utilizado algum método pelo menos uma vez. Todavia, o inquérito mostra a limitação destes dados, pois o nível de conhecimento inferido muitas vezes está relacionado ao simples fato de “ter ouvido falar”, sem detalhar questões sobre sua utilização adequada. Sobre as razões em jogo na não utilização de método contraceptivo na iniciação sexual, aparecem os seguintes depoimentos: entre as mulheres prevalece a justificativa do “não esperava ter relações naquele momento”, e entre os homens a principal afirmação é de que “não conhecia nenhum método”, seguida de “não se preocupou com isso”, observando que a responsabilidade da contracepção é da parceira (BENFAM, 1999). Um argumento consensual trazido pelos autores (Heilborn *et al.* 2002) é de que as relações sexuais entre os jovens são mais imprevisíveis, o que contribui para que as possibilidades de uso de métodos contraceptivos sejam mais baixas, de modo geral, entre os adolescentes.

Embora a literatura indique que tanto o conhecimento quanto o uso de métodos contraceptivos apresentem maiores índices entre os grupos mais escolarizados, questões de gênero também atuam sinergicamente neste cenário. A preocupação e responsabilidade no que diz respeito à contracepção têm recaído sobre as mulheres, sobretudo nos últimos trinta anos, com o advento do anticoncepcional oral, não havendo, em muitos casos, negociação entre os parceiros sobre o uso ou não de contraceptivos. Nesse sentido, uma política de

informação sobre reprodução e métodos contraceptivos não seria, por si só, suficiente ou eficaz na medida em que esbarraria nesta cultura de gênero.

O trabalho desenvolvido por Dadoorian (1994) buscou questionar o enfoque tradicional que relaciona a gravidez na adolescência como decorrente da falta de informação, postulando a importância do significado individual da gravidez para as jovens. Para a autora, os fatores individuais correm em paralelo com o desejo universal de ter ou não ter filhos, postulando a noção de uma “maternidade social” determinada por fatores culturais e psicológicos que particularizam o significado da maternidade em adolescentes, em particular naquelas pertencentes às classes populares que formavam o público do estudo. De acordo com Dadoorian, a função social feminina foi, ao longo da história, culturalmente relacionada à maternidade, o que faz com que, para muitas jovens, ser mulher ainda equivalha a ser mãe. Em sua análise, partindo de entrevistas realizadas com adolescentes grávidas de camadas populares, a autora pôde perceber que para muitas meninas a maternidade expressa a afirmação de um lugar social.

Observa-se que os estudos sobre a paternidade adolescente são mais recentes, pois na revisão bibliográfica sobre o tema da gravidez na adolescência é constantemente problematizado com base no ponto de vista feminino. Cabral (2002) realizou um estudo sobre a paternidade entre jovens de uma comunidade do Rio de Janeiro. A abordagem do ponto de vista masculino possibilita ter acesso a outros níveis de uma teia de significados. Além de contemplar as trajetórias de estudo e trabalho dos rapazes entrevistados, a autora discute temas como a lógica contraceptiva, assunção da paternidade, formação de casal na perspectiva masculina, apontando os sentidos que a paternidade adquire nos segmentos sociais populares.

É no diálogo com estes trabalhos que desenvolvemos nossa pesquisa. No que diz respeito à gravidez na adolescência, esta pesquisa aposta na existência de algo para além dos discursos normativos. Nosso interesse é elaborar, junto com as jovens entrevistadas, suas experiências frente ao exercício da maternidade. São

estas dimensões mais subjetivas da experiência humana que desejamos captar no relato de adolescentes grávidas na cidade do Rio de Janeiro.